

Enlace 33

Produção acadêmica e ativismos em gênero, raça/etnia e sexualidade: contribuições dos estudos queer

Para Arendt (1998) “a política trata da convivência entre diferentes”. As políticas públicas por sua vez, oriundas das determinações econômicas, políticas e culturais históricas, e entendidas como intervenções projetadas do poder público para o enfrentamento das expressões da questão social, devem ser construídas também a partir da lógica da diferença. Entretanto em tempos de recrudescimento do conservadorismo e fundamentalismo e da normatização dos indivíduos em contraposição ao reconhecimento da diversidade e da diferença, as políticas públicas são alicerçadas no ideal de igualdade - valor liberal e ilusão jurídica incompatível com as reais desigualdades de sociedades de cultura colonialista como é o caso do Brasil e América Latina - e construídas em uma perspectiva homogeneizadora onde diferentes expressões das sexualidades e diversas possibilidades de identidades de gênero(s), raça/etnia são negadas, rotuladas e normatizadas a partir do binarismo, heteronormatividade e racismo que não se pautam na afirmação das diferenças, mas na sua anulação, reproduzindo assim as homofobias e racismo institucionais e ensejando a construção de propostas a partir de perspectivas mais transgressoras e contestatórias que pensem sexualidades, gênero(s), raça/etnia, e identidades de forma múltipla(s) e mutante(s). Os estudos *queer* têm contribuído, em parte para esse debate, reforçando diferenças e permitindo “pensar a ambiguidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero, mas, além disso, também sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder” (Louro, 2008) e por que não os ativismos. O racismo e as desigualdades por ele produzidas fazem parte da experiência das/os afro-descendentes no Brasil e na América Latina. Todavia a produção intelectual em relação à questão étnico-racial no campo ainda é incipiente (MARQUES JUNIOR, 2011) e precisa ser ampliada para maior visibilidade às desigualdades e iniquidades de gênero, raça/etnia e sexualidades, posto que a naturalização das relações étnico-raciais tem reforçado o mito da democracia

racial e, com isso, parte significativa da população LGBT não branca tem sofrido discriminações alimentadas pelo racismo e seus direitos violados. Nesse sentido, a construção de políticas públicas que garantam direitos respeitando a diversidade humana e coíbam preconceitos e violências, passa necessariamente pela necessidade de participação e discussão no âmbito da academia e/ou ativismo político de forma a contribuir para a formação de novos paradigmas de respeito às diversidades culturais, sociais e econômicas, estabelecendo um novo olhar sobre gêneros, raça e sexualidades. Assim, o que propõe esse ST é agregar produções acadêmicas e experiências nacionais e latino-americanas de ativismos, especialmente as reflexões propiciadas pelos estudos *queer*, que sejam estratégias de afirmação das diferenças no campo das sexualidades, gênero(s) raça etnia e identidades, em uma perspectiva interseccional, subvertendo e questionando paradigmas, favorecendo a garantia de direitos não na perspectiva da igualdade formal, mas no reconhecimento e respeito à diversidade.